

OCUPAÇÃO URBANA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DO MACIÇO MORRO DA CRUZ EM FLORIANÓPOLIS-SC

URBAN OCCUPATION AND ENVIRONMENTAL DEGRADATION: THE CASE OF THE MORRO DA CRUZ MASSIF IN FLORIANOPOLIS-SC

Igor T. L. Almeida

Graduado em Arquitetura e Urbanismo. Servidor Público da Universidade Federal de Santa Catarina.

Rafael L. Ferreira

Gestor Ambiental (Faculdades Integradas Camões / PR), Especialista em Biotecnologia (Pontifícia Universidade Católica -PR), orientador de TCC do Centro Universitário Internacional Uninter.

RESUMO

Este artigo tem como linha de pesquisa o ambiente urbano e seus aspectos de exclusão e inclusão social. O objetivo foi compreender de que forma o município de Florianópolis-SC, que apresenta indicadores socioeconômicos tão elevados, ainda possui regiões tão precárias e desiguais no seu tecido urbano. Para isso, foi realizado um estudo de caso em uma das áreas mais carentes e mais densamente ocupadas da cidade: o Maciço Morro da Cruz (MMC). A partir desta problemática, realizou-se um levantamento sobre o impacto da ocupação irregular, levando em consideração a degradação socioambiental e suas consequências, que afetam diretamente a população residente. A metodologia aplicada foi a pesquisa de caráter exploratório, realizada a partir de levantamento bibliográfico em material voltado ao MMC e demais regiões de cidades de grande e médio porte que apresentassem situações semelhantes. Legislações municipais e federais, Instituições responsáveis por dados demográficos e socioeconômicos, além de autores de grande importância na contextualização histórico-urbanística do Brasil, também ofertaram subsídios para a elaboração do trabalho. O artigo trouxe em pauta projetos inovadores a respeito da urbanização em áreas carentes, elucidando sobre os impactos dos mesmos na vida da população, além de evidenciar o poder transformador que a arquitetura, associada a políticas de bem-estar social, pode auferir a estas comunidades carentes.

Palavras-chave: Maciço do Morro da Cruz; políticas de bem-estar social; degradação socioambiental; Florianópolis.

ABSTRACT

This article has as a research line the urban environment and its elements of exclusion and social inclusion. The goal was to understand how the city of Florianópolis-SC, which presents high socioeconomic indicators, still has so precarious and unequal regions in its urban area. For this, a case study was carried out in one of the most needy and most densely occupied areas of the city: the Morro da Cruz Massif (MMC). From this problem, it was carried out a survey about the impact of irregular occupation, leading to a socio-environmental degradation and its consequences, which directly affect its resident population. The methodology applied was an exploratory research, carried out based on bibliographical research on material for MMC and other regions of large and medium cities that presented similar situations. Municipal and federal legislations, Institutions responsible for demographic and socioeconomic data, as well as authors of great importance in the Brazil's urban and historical contextualization, also offered subsidies for

the development of this work. The article researched innovation projects about urbanization in poor areas, elucidating their impacts on its community's life, as well as highlighting how the architecture, associated with social welfare policies, can help these needy communities to transform.

Keywords: Morro da Cruz massif; social well-being; environmental degradation; Florianópolis.

INTRODUÇÃO

Para Campos (2007), o programa de modernização brasileira adotado pelo governo de Juscelino Kubistchek nos anos 50 – o Plano de Metas - englobava quatro setores importantes da economia: energia, transportes, alimentação e indústria de base. A prioridade deste plano era investir em infraestrutura para a viabilização do projeto de desenvolvimento da atividade industrial do país.

Através da política voltada para a industrialização e criação de infraestrutura para comporta-la, as áreas urbanas tornaram-se atrativas e o processo migratório do campo para a cidade se intensificou. Em linhas gerais, a indústria, que necessitava de mão de obra especializada, absorveu apenas uma parcela da população, o que acarretou a aceleração da miséria e da criminalidade nas periferias das grandes cidades, inchadas pelo excesso populacional. O aproveitamento se deu, muitas vezes, em subempregos, nos serviços domésticos e de construção civil, nos quais os trabalhadores migrantes se sujeitavam a condições de quase escravidão.

Segundo Milton Santos (1993), as cidades brasileiras que se desenvolveram nesse contexto cresceram de forma espaiada, ou seja, compostas por loteamentos oficiais, destinados à população de maior renda, pelos loteamentos irregulares ou clandestinos, compostos pelos estratos menos favorecidos e pelo surgimento de áreas extremamente precárias, denominadas de favelas. Esse espriamento, por sua vez, configurou um tipo de cidade que se caracteriza pela periferização, fragmentação e dispersão.

A indústria automobilística foi carro-chefe no plano de expansão econômico adotado por Juscelino Kubistchek, fomentando o uso do automóvel e voltando os investimentos para a construção de estradas e rodovias, o que, conseqüentemente, transformou a dinâmica econômica do país e seu sistema de logística para os padrões conhecidos atualmente.

Busca-se neste trabalho, através de uma pesquisa em referências bibliográficas no tocante ao tema, compreender de que forma este modelo econômico colaborou para a degradação e segregação social em algumas áreas do município de Florianópolis, em especial no Maciço Morro da Cruz, considerada uma das regiões mais carentes, violentas e problemáticas da Ilha de Santa Catarina.

FLORIANÓPOLIS E O MACIÇO

A reprodução das cidades brasileiras de forma espraçada pode ser identificada no município de Florianópolis, que apresenta maior parte de sua população residente na Ilha de Santa Catarina. Naturalmente, a região possuía uma enorme variedade de ambientes naturais que formavam seus vários ecossistemas. Predominava-se a floresta Atlântica densa e suas planícies compostas pela vegetação de mangues e restingas.

Há controvérsias a respeito da origem da ocupação do Maciço. Para Pimenta e Pimenta (2005), os primeiros a ocuparem a região foram os escravos recém-libertos, seguidos da população pobre que foi expulsa da área central pelos projetos de renovação urbana sanitária. Houve uma intensificação da ocupação dessas áreas no início do século XX, quando centenas de famílias foram retiradas das áreas adjacentes ao córrego da Bulha (atual Avenida Hercílio Luz) e tiveram que buscar uma alternativa de moradia nos morros próximos da área central.

Santos (2009) afirma que os morros do antigo perímetro de Desterro foram ocupados durante o século XIX, por libertos e escravos fugidos. Antes disso, porém, o Maciço já era ocupado por soldados dos batalhões localizados na cidade e também por homens mais pobres, que construía um rancho e uma casa de estuque e assim iniciavam uma roça.

A partir início de Século XX, este ecossistema passou a sofrer novos impactos provocados pela ocupação desordenada do espaço natural. O elevado preço da terra, a falta de políticas públicas referentes a projetos de moradia popular, a alta procura de imóveis ou terrenos fizeram com que as classes sociais menos favorecidas de Florianópolis tivessem como única alternativa, ocuparem áreas de riscos e de maior

fragilidade ambiental, como as encostas dos morros (no caso do Maciço) dunas, e outros locais menos acessíveis.

O Maciço do Morro da Cruz (MMC) é circundado pelos aterros das baías Norte e Sul, ao lado da região central e das regiões mais nobres de Florianópolis. Apesar de se localizar tão próximo à área central, observa-se nesta área a presença da chamada “cidade ilegal”, constituída por comunidades que, segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento ambiental – SMHSA (2015), possuem uma população de aproximadamente 23 mil habitantes. Esta população, apesar de viver em uma área central do atual aglomerado urbano, é considerada periférica à cidade. Consiste em um conjunto de comunidades que durante muito tempo constituiu uma Florianópolis praticamente invisível na divulgação da cidade, sofrendo pela ausência de investimentos sociais e pela falta de reconhecimento de seus direitos cidadãos, já que a maior parte das habitações era composta por assentamentos irregulares.



FIGURA 1 - VISTA AÉREA DO MACIÇO
(Fonte – Associação Brasileira de COHAB. 2015)

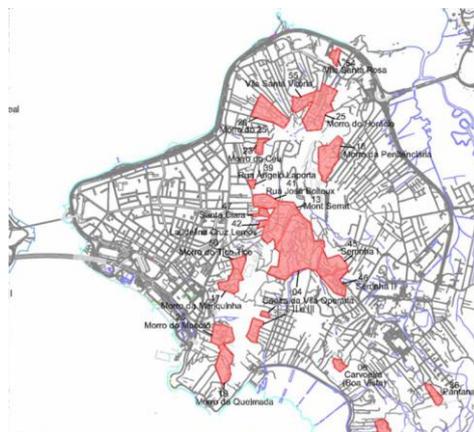


FIGURA 2 - ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR
(Fonte – Associação Brasileira de COHAB. 2015)

Dados gerais do Maciço (PMF-SMHSA, 2015):

Localização: região central de Florianópolis.

Área total: 2.151.000 m²

Área Ocupada: 657.000 m²

Famílias (estimado): 5.677 famílias

População (estimado): 22.566 habitantes

Comunidades que compõem o Maciço Morro da Cruz:

Ocupação urbana e degradação ambiental: o caso do maciço morro da Cruz em Florianópolis-SC

1- Mariquinha	9- Rua Ângelo Laporta
2- Monte Serrat	10- Rua José Boiteux
3- Tico Tico	11- Rua Laudelina da Cruz
4- Morro do 25	12- Vila Santa Vitória
5- Morro do Horácio	13- Vila Santa Clara
6- Morro da Penitenciária	14- Serrinha
7- Morro da Queimada	15- Alto da Caeira
8 - Morro do Céu	16 - Mocotó

FLORIANÓPOLIS E AS FAVELAS

Florianópolis é a capital do estado de Santa Catarina e a cidade mais importante da região metropolitana que leva seu nome. O município possui uma área territorial de aproximadamente 672 km², sendo constituído de duas unidades: a porção insular, onde residem aproximadamente 80% da população, e a continental. Sua população cresceu muito nas últimas décadas. A cidade apresenta 469.690 habitantes e a região metropolitana aproximadamente 1.131.981 habitantes (IBGE, 2015). O acelerado crescimento urbano acarretou sérios problemas de saneamento básico e infraestrutura, transformando grande parte do município em áreas habitualmente conhecidas nos grandes conglomerados urbanos brasileiros: as favelas.

Entre os anos 70 até o início dos anos 90 foi o período de maior formação de favelas em Florianópolis, chegando a constituir 32 comunidades. Este intervalo entre os anos 70 e final dos anos 80 foi o período de maior fluxo da migração rural/urbana na região da grande Florianópolis (CASAGRANDE, 2006).

Tabela 1 - Crescimento populacional entre as principais cidades da Região Metropolitana de Florianópolis (IBGE, 2015).

Cidades	População (2000)	População (est. 2015)
Biguaçu	48.077	64.488
Florianópolis	342.315	469.690

Palhoça	102.742	157.833
São José	173.559	232.309
Total	666.693	924.320

Tabela 2 - Crescimento de favelas no município de Florianópolis (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF; IBGE, 2000).

Ano	População Florianópolis	Número de favelas	População nas áreas de favela	% da população em favelas
1987	228.246	29	21.293	9,33
1991	255.390	42	32.290	12,64
1996	268.720	46	40.283	14,99
2000	342.315	56	50.397	14,72

Nota-se que, segundo os dados demonstrados na tabela acima, a taxa de crescimento das favelas se estabilizou ao final dos anos 90. Porém, em números absolutos, os habitantes destas áreas aumentaram significativamente. De acordo com o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF, 2000), o Maciço do Morro da Cruz, com uma população de 22.566 habitantes, representa aproximadamente 45% de todos os moradores de favelas em Florianópolis.

POLÍTICAS DE GESTÃO URBANA

Com o objetivo de minimizar problemas básicos de infraestrutura, o município de Florianópolis vem adotando leis e projetos que visam regulamentar e melhorar as condições urbanas no Maciço e em todas as áreas mais vulneráveis do município.

Com a criação da Lei Complementar Municipal 207/2005, foram criadas as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Segundo Art. 1º

§ 2º As ZEIS só poderão ser demarcadas por Lei Complementar específica nas áreas de ocupação consolidadas em data anterior ao último levantamento aerofotogramétrico oficial de áreas carentes, nas quais predominarem as seguintes condições:

I - famílias com renda inferior a 3 (três) salários mínimos;

Ocupação urbana e degradação ambiental: o caso do maciço morro da Cruz em Florianópolis-SC

- II - uso residencial;
- III - existência de habitações rústicas e/ou improvisadas, com baixa qualidade dos materiais construtivos utilizados e inadequação e improvisação dos usos dos cômodos;
- IV - existência de moradias com adensamento habitacional excessivo caracterizado pela superpopulação dos dormitórios e pela coabitação;
- V - predominância de ocupações irregulares caracterizadas pelos loteamentos clandestinos e áreas de invasões;
- VI - precariedade nas redes de infraestrutura urbana e comunitária;
- VII - situadas fora da zona costeira definida pelo Decreto Federal nº 5.300 de 2004; e
- VIII - não localizadas sobre áreas destinadas a sistema viário ou equipamentos urbanos e comunitários (ACI, AVL, AVV, AST, ASE) previstas no Plano Diretor.

A Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014, que institui o Plano Diretor de Florianópolis, que entrou em vigor no início de 2014, adota claramente uma posição de gestão urbana que incentiva as políticas públicas referentes a melhoria das moradias urbanas:

“Art. 4º A ocupação do território e o desenvolvimento urbano devem atender ao interesse geral da sociedade, sendo princípio elementar que o uso do espaço geográfico tem por finalidade maior promover a qualidade de vida, a integração social e o bem-estar dos cidadãos”.

A partir deste contexto, novos agentes assumem os papéis preponderantes no cenário do Maciço: os técnicos da Secretária Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) da Prefeitura Municipal, os da Caixa Econômica Federal, os das diversas empresas de consultoria, contratadas para elaboração dos estudos e projetos, de Desenvolvimento Institucional (DIs) através do projeto Habitar Brasil (BID)¹.

Em 2008, novas perspectivas se apresentaram para a comunidade residente no Maciço, do repasse de R\$54,6 milhões para obras do Programa do Maciço do Morro da Cruz/PAC-Florianópolis. Estes recursos, 45,7% provenientes do governo federal, 27,5% do governo estadual e 26,8% da prefeitura, foram destinados principalmente a obras de

¹ O programa Habitar Brasil (BID) incentiva a geração de renda e o desenvolvimento em assentamentos de risco ou favelas para melhorar as condições habitacionais. São promovidas, por exemplo, as seguintes ações: construção de novas moradias, implantação de infraestrutura urbana e saneamento básico, e recuperadas áreas ambientalmente degradadas.

infraestrutura e à implantação do Parque Natural do Maciço do Morro da Cruz (PMF, 2009).



FIGURA 3 - PAQUE MACIÇO MORRO DA CRUZ.
(Fonte: Portal da Ilha, 2015)

MACIÇO MORRO DA CRUZ (MMC)

Com uma vista panorâmica para diversos cartões postais de Florianópolis, a região do Maciço é habitada pelos estratos menos favorecidos da sociedade. A população vive em condições extremamente precárias, próxima a áreas denominadas de Áreas Preservação Permanente – APPs. Segundo a Lei nº 12.651/2012, a APP é designada por uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

A ocupação em encostas de morros, proporcionam frequentes deslizamentos, que se caracterizam por um fenômeno comum em áreas de relevo acidentado. Esse processo pode ocorrer em locais onde não há ocupação humana, no entanto, são mais comuns em terrenos onde houve a retirada da cobertura vegetal original, que é responsável pela consistência do solo e que impede, através das raízes, o escoamento das águas.

Pelo fato de Florianópolis apresentar um clima subtropical úmido, com grandes índices pluviométricos em todo o ano, as encostas são naturalmente locais de risco, estando constantemente sujeitas aos deslizamentos de terra.

De acordo com Freitas (2015), quando ocorrem precipitações significativas, o solo absorve uma parcela da água, no entanto, outra parcela se locomove em forma de enxurrada na superfície do terreno, a parte de água que se infiltra no solo se confronta com alguns tipos de rochas impermeáveis, Como a água não encontra passagem, ela se acumula no mesmo local, tornando dessa forma, o solo saturado de umidade, que não consegue suportar e se rompe, desencadeando os deslizamentos. As construções frágeis, por sua vez, podem sofrer sérios danos.

Outro problema que põe em risco a saúde da população é a falta de saneamento básico. Segundo Rebollar, Schuch e Loch (2008), a maior parte das habitações não possui esgotamento sanitário, fazendo com que as habitações apresentem sistemas de fossas e sumidouros. Por serem construídas de forma irregular, muitas casas também não possuem água encanada e/ou reservatórios de água. Como alternativa, alguns moradores adotam tambores ou bombonas para o armazenamento. O problema deste tipo de solução é que pode proliferar larvas de mosquitos causadores de doenças, como o mosquito da dengue.

Além dos problemas apresentados resumidamente, uma parcela desta população, por estar às margens da sociedade, sem oportunidades de emprego e de condições mínimas de dignidade, adotam outros meios para sobreviverem. O mercado paralelo do tráfico de drogas é iminente nestas áreas, causando grandes danos na vida dos moradores e banalizando a condição humana.

PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS

É de se notar que os problemas apresentados no Maciço do Morro da Cruz se reproduzem nas grandes cidades brasileiras. A população fragilizada tem de aprender a conviver com o tráfico de drogas, violência, falta de saneamento básico, proliferação de doenças e desastres naturais. Políticas sociais e a implementação de projetos de

revitalização, assim como o incentivo ao turismo nestas áreas, ascendem uma chama de esperança a população.

Alguns investimentos são voltados estritamente a população residente, como no caso do projeto “Arena do Morro”, na comunidade Mãe Luiza, em Natal-RN, elaborado pelos arquitetos Herzog e de Meuron. O primeiro projeto de Herzog & de Meuron construído no Brasil, consiste em um ginásio com ampla cobertura metálica e salas circulares para dança e educação cujas paredes de vedação se prolongam e desmembram nas divisas da edificação. Ambos os componentes são caracterizados pela semipermeabilidade de elementos ou arranjos vazados. A cobertura percorre todo o terreno, reproduzindo sua figura irregular e alongada e marcando presença no bairro. Completamente branca, ela faz contraponto à massa edificada do entorno. O ginásio é também a primeira etapa de um plano urbano que os arquitetos suíços projetaram para o local, em um processo de colaboração internacional e ampla participação comunitária (HERZOG; DE MEURON, 2014).



FIGURA 4 - VISTA PANORÂMICA DA RELAÇÃO ENTRE O GINÁSIO E O ENTORNO.
(Fonte: Revista ProjetoDesign. Jun. 2014)



FIGURA 5 - VISTA NOTURNA MOSTRA A PERMEABILIDADE DO GINÁSIO.
(Fonte: Revista ProjetoDesign. Jun. 2014)



FIGURA 6 - PROJETO URBANÍSTICO PARA O BAIRRO MÃE LUÍZA.

(Fonte: Revista ProjetoDesign. Jun. 2014)

Outro projeto urbano de revitalização urbana em áreas degradadas foi o projeto de reurbanização da favela do Sapé. De acordo com Grinover, Otundo e Pessoa (2015), o projeto consiste em [...] uma iniciativa da Secretaria da Habitação Municipal de São Paulo. O projeto atendeu 2500 famílias em condições precárias de moradia no Bairro do Rio Pequeno. O conceito que estrutura o partido geral da urbanização da favela do Sapé é a costura urbana entre as duas margens do córrego a partir do desenho de espaços públicos. A leitura das condições físicas e sociais da comunidade denotava uma descontinuidade urbana em vários níveis de precariedade.

O projeto constitui-se como ferramenta de inclusão na medida em que suas ações desenham oportunidades de conexão, encontro social, vivência e troca no espaço público urbanizado. Ao unir em desenho urbano, infraestrutura e habitação, o projeto cria espaços para melhorar a mobilidade urbana, a qualidade ambiental, a moradia, o lazer, o trabalho, possibilitando uma consciência de pertencimento que colabora para a manutenção e a melhoria da vida na cidade.



FIGURA 7 – SITUAÇÃO INICIAL DA FAVELA DO SAPÉ.
(Fonte: Revista Projetos. Fev. 2015)



FIGURA 8 – PROPOSTA DE HABITAÇÃO SOCIAL.
(Fonte: Revista Projetos. Fev. 2015)

METODOLOGIA

Para a estruturação do trabalho, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, com base em material referencial constituído por artigos, livros, relatórios, revistas e leis a nível municipal, estadual e nacional. Todo o material elencado teve como temática as palavras norteadoras desse trabalho: maciço do Morro da Cruz; políticas de bem-estar social; degradação socioambiental e Florianópolis.

Os trabalhos consultados identificaram aspectos históricos, sociais e ambientais do MMC, da Grande Florianópolis, assim como as premissas organizacionais das cidades brasileiras. Além disso, parte do material apresentou propostas concretas de revitalização de áreas degradadas, que se assemelhavam socioeconomicamente ao MMC. Títulos que não estavam diretamente relacionados ao tema foram descartados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Maciço do Morro da Cruz é a maior comunidade de Florianópolis. Seu desenvolvimento se deu a partir do séc. XIX, com formação de núcleos de baixa renda que não suportaram os altos preços da terra na cidade formal. A população aos poucos se instalou nas encostas do morro, e por falta de recursos e conhecimentos técnicos, suas habitações foram autoconstruídas de forma precária e desordenada. O boom populacional desta região se deu com o processo da industrialização brasileira,

principalmente entre os anos 70 a 90, onde a maior parte da população se instalou nas cidades de grande e médio porte.

As consequências de uma sociedade capitalista-segregatícia aparecem nos altos índices de violência e nos baixos índices socioeconômicos observados na região do Maciço, se contrapondo à qualidade de vida garantida pelas políticas públicas que se concentram nas regiões turísticas da ilha. Os poucos investimentos por parte do Estado e do Município, resumem-se a solucionar problemas ambientais em áreas de possível ocupação irregular, com a criação de parques naturais. Outras tentativas como a designação de áreas mais carentes como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) pelo Plano Diretor, não estão atreladas a projetos de bem-estar social.

Para que a população do MMC ganhe em qualidade de vida e aos poucos ganhe espaço na cidade formal, deve-se pensar em investimentos mais concretos, como projetos de habitação social, criação de áreas públicas de lazer e investimentos em saneamento básico. Estes projetos devem ser pensados de forma coletiva e devem se apresentar de forma multidisciplinar. É indispensável à participação popular em tais projetos, buscando investigar os principais anseios da comunidade. Paralelamente, pesquisas referentes ao MMC devem ser intensificadas, pois este é um local de grande importância histórica ao município.

Por fim, pode-se concluir que o Brasil está lentamente avançando em políticas sociais, uma vez que algumas propostas vêm sendo desenvolvidas em áreas com realidades semelhantes à do MMC, e que podem ser reproduzidas em larga escala, diminuindo a desigualdade social, propagada por mais de cinco séculos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHAB. Disponível em: <<http://www.abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2012/10/florianopolis-macico.pdf>> Acesso em: 09 out. 2015.

BRASIL. **Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em: 07 de out. 2015

CAMPOS, Márcia Aparecida Ferreira. **A política econômica do Governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961): o discurso em ação** / Márcia Aparecida Ferreira Campos. Porto Alegre, 2007.

CASAGRANDE, W. A. **Causas da migração rural-urbana na região da grande Florianópolis: relatório de pesquisa: síntese regional**. Florianópolis: Epagri, 2006. 53 p.

FLORIANÓPOLIS. **Lei Complementar nº 207, de 20 de dezembro de 2005**. Altera em caráter emergencial o Plano Diretor do distrito sede no Maciço do Morro da Cruz e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2005/20/207/lei-complementar-n-207-2005-altera-em-carater-emergencial-o-plano-diretor-do-distrito-sede-no-macico-do-morro-da-cruz-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 04 out. 2015

FLORIANÓPOLIS, **Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2014_12.01.39.ae8afdb369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf>. Acesso em: 05 out. 2015

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal. **Secretaria Municipal de habitação e saneamento ambiental – SMHSA**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19_07_2010_18.10.30.79fc455bbf9b456c1541cbe7b0a42090.pdf> Acesso em 06 out. 2015

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal. **Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento ambiental – SMHSA**. Acesso em 10 out. 2015. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/habitacao/index.php?cms=projeto+macico+do+morro+da+cruz&menu=8>>

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal. **Plano municipal integrado de Saneamento Básico**. Florianópolis, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/floram/index.php?pagina=notpagina¬i=7785>> Acesso em: 19 out. 2015

FREITAS, Eduardo De. Deslizamentos de Encostas. In: **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/deslizamentos-encostas.htm>>. Acesso em 30 de out. 2015

GRINOVER, M.; OTONDO, C.; PESSOA, J. Reurbanização da favela do Sapé. In: **Revista Projetos**, fev. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/15.170/5441>> Acesso em: 21 out. 2015.

Ocupação urbana e degradação ambiental: o caso do maciço morro da Cruz em Florianópolis-SC

HERZOG, Jacques; DE MEURON, Pierre. Arquitetura para o coletivo. In: **ProjetoDesign**, jun. 2014. Disponível em: <<https://arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/herzog-meuron-arena-morro-natal>>. Acesso em 20 out. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades..** Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/287T7>> Acesso em: 9 out. 2015

PIMENTA, Margareth de C. A; PIMENTA, Luiz F. Habitação e Qualidade de vida Urbana no Maciço Central de Florianópolis. In: **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 5, n. 9, p.47-66, jan./jun. de 2011. Editora da UFRR, 2011.

PORTAL DA ILHA. Disponível em: <<http://www.portaldailha.com.br/noticias/lernoticia.php?id=20476>> Acesso em: 19 out. 2015

REBOLLAR, N. A. P.; SCHUCH, F. S.; LOCH, Carlos. Diagnóstico das condições de saneamento na comunidade do Maciço do Morro da Cruz - Florianópolis-SC. In: **Extensão em Foco** (Curitiba), v. 8, p. 1-14, 2014.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. 2009. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis. Tese de doutoramento. 658p.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.